



A ciência, a técnica, a tecnologia, a cultura e a Educação de Jovens e Adultos

Nestor Alexandre Perekouski^I

Tatiane Duarte Silva Oliveira^{II}

Resumo: Esta pesquisa percorre a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil buscando compreender, dentro da lógica do capitalismo neoliberal, os grandes desafios e perspectivas desta modalidade de ensino. A partir de revisão de literatura constatou-se que as diversas dimensões da educação, devido a diferenciação de classes, se produzem dentro de contradições e conflitos, que assumem especificidades nas formações histórico-sociais, de acordo com a evolução científico-técnica dos instrumentos de produção. E, ainda, que o significado da alfabetização na EJA vai muito além da compreensão de signos linguísticos, tornando-se uma perspectiva de mudança e transformação de vida.

Palavras-chave: Trajetória, educação de jovens e adultos, capitalismo neoliberal.

The science, the technique, the technology, the culture and the Education for Youth and Adults

Abstract: This research covers the historical trajectory of the Education for Youth and Adults (EYA) in Brazil seeking to understand, in the perspective of the logic of neoliberal capitalism, the great challenges and prospects of this type of education. From the literature revision, it was found that the several dimensions of education, because of class differentiation, are produced within contradictions and conflicts, which take specific points into account in their historical and social formations, according to the scientific and technical evolution of the instruments of production. And even the meaning of literacy in adult education goes far beyond the comprehension of linguistic signs, turning into a perspective of change and transformation of life.

Keywords: Trajectory, education for youth and adults, neoliberal capitalism.

Artigo recebido em 09/11/2016 e aprovado em 02/02/2017.

1. Introdução

No Brasil após 1930 criam-se condições para a estruturação de uma sociedade urbano-industrial que se consubstanciou a partir da década de 1950 até os dias atuais. No plano cultural, o país é herdeiro do sistema de colonização e da escravidão que serviram de alicerce a classe dominante violenta, desde a prática coronelista até a visão distorcida do bacharel, do descaso com o trabalho manual e técnico em contraste com as

A CIÊNCIA, A TÉCNICA, A TECNOLOGIA, A CULTURA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

NESTOR ALEXANDRE PEREHOUSKEI E TATIANE DUARTE SILVA OLIVEIRA

tentativas de produzir a ciência, a técnica e a tecnologia. No plano político, foi historicamente direcionado por uma democracia restrita, pelo paternalismo do Estado e do Poder Executivo, pelo nepotismo, a corrupção, as ditaduras e golpes, onde,

os aparelhos da hegemonia da burguesia brasileira foram construindo, de forma sistemática, um ideário ou pedagogia da hegemonia em torno do pensamento empresarial, antes e depois da ditadura. A partir da década de 1990, o ideário situa-se em torno da ideologia neoliberal da globalização, da necessidade do ajuste mediante a reforma do Estado, da reestruturação produtiva, da desregulamentação, da flexibilização e da privatização ^{III}.

A estrutura radical do capitalismo no final do século XX e início do século XXI é analisada sob vários parâmetros, por alguns dos grandes intelectuais do pensamento crítico, quais sejam: identifica alguns problemas relacionados a formação social desigual no Brasil, como a análise da realidade histórica brasileira, caracterizada por uma colonização intelectual, que se encontra subordinada ao pensamento de instituições internacionais. Ainda a dívida externa e a forma de solucioná-la; a relação entre o poder do capital e do trabalho, expressa no valor do salário mínimo em contraste com o Produto Interno Bruto (PIB) e, a violação dos direitos do trabalhador e ausência de segurança social ^{IV}.

Com relação a formação da classe dominante, onde esta não se dá a partir da diferenciação de classes sociais, mas sim, com a superação de suas crises a partir das rearticulações dos interesses burgueses, buscando conciliar a antiga e a moderna relação de poder, sem romper com as estruturas de desigualdade ^{V VI}.

A articulação das relações de poder antigas e modernas potencializadora da sociedade capitalista dependente, e sua condição subordinada na divisão internacional do trabalho, que se firma com as transformações científico-técnicas, que necessitam da velocidade para competir promovendo a redução de conhecimentos ^{VII}.

Nesse cenário o Brasil encontra-se entre as 15 nações de maior PIB do mundo, graças principalmente, ao setor de agronegócios e, ainda apresenta retrocesso na efetivação da reforma agrária defendida pelos movimentos sociais organizados, que representam vinte milhões de pessoas nos acampamentos dos sem-terras.

O caminho para a construção de um projeto nacional popular de desenvolvimento que minimize a desigualdade social está no investimento em educação, em ciência e na tecnologia, que precisará, além das reformas sociais de base, como a reforma agrária, tributária, jurídica e política, a constituição de um fundo público com controle por parte da sociedade sob bases democráticas, onde,

há um conjunto de países que constituem o núcleo orgânico das economias capitalistas, um grupo periférico e um grupo semiperiférico. O núcleo orgânico é o lugar privilegiado onde se realizam as 'atividades cerebrais', associadas ao fluxo de inovação envolvendo novos métodos de produção, novas fontes de suprimentos e novas formas de organização. Trata-se de países com alto investimento em educação, ciência e tecnologia. Os núcleos periférico e semiperiférico são os que realizam as atividades predominantemente 'neuromusculares'. Trata-se de países de pouquíssima inovação e investimento em educação, ciência e tecnologia ^{VIII}.

Com isso, o Brasil encontra-se inserido num sistema de capitalismo dependente que determina um processo de desenvolvimento e de industrialização subordinados ao domínio das atividades neuromusculares, determinando o aumento da formação para o trabalho simples de grande parte da força de trabalho e, da formação de uma parcela

A CIÊNCIA, A TÉCNICA, A TECNOLOGIA, A CULTURA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

NESTOR ALEXANDRE PEREHOUSKEI E TATIANE DUARTE SILVA OLIVEIRA

mínima, para o trabalho complexo, o qual exige domínio dos conhecimentos científicos, técnicos, tecnológicos e, até mesmo, culturais, que são dirigidos aos setores que trabalham na base digital-molecular das grandes empresas multinacionais, sendo que,

o significado político, econômico, social e cultural não só inviabiliza a construção de um projeto nacional autônomo, como (...) traz para a sociedade enormes danos. (...) A tecnologia não se transfere sem elevados custos econômicos para o meio ambiente e, especialmente, para a vida e a saúde dos trabalhadores ^{IX}.

Nesse contexto, é preciso questionar: qual projeto de educação escolar e de formação profissional deve ser adotado numa sociedade inserida em tal processo? “A questão da escola e de sua qualidade não é sobretudo um problema de currículo ou de formação dos professores, mas sim, de que a sociedade coloque a educação como problema” ^X.

A educação escolar básica, pública, laica, universal, unitária e tecnológica que desenvolve conhecimentos científicos para o domínio e transformação racional da natureza e, a conscientização dos Direitos Humanos, não se apresentam como entraves para a classe dominante no Brasil. No entanto, sua cultura colonizadora e escravocrata e, sua subordinada associação ao capital estrangeiro, jamais possibilitou a organização de uma escolaridade e formação profissional para a maioria dos trabalhadores, preparando-os efetivamente para o trabalho complexo, que, com o tempo, pudesse transformá-los em classe detentora do capital, concorrendo inclusive com o capitalismo central. “São as revoluções verdadeiras que possibilitam as reformas do ensino em profundidade, de maneira a torná-lo acessível a todos, promovendo a igualização das oportunidades” ^{XI}.

A “educação nunca foi algo de fundamental no Brasil, e muitos esperavam que isso mudasse com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte”. Mas a Constituição de 1988 confirmou ser a educação, assunto menor, não apresentando mudanças substanciais ^{XII}.

A realidade brasileira determina um alto índice de analfabetismo, com o ensino fundamental efetivado no âmbito das desigualdades regionais e nas relações cidade-campo. É o país considerado econômica e politicamente mais importante da América Latina e, contraditoriamente, o único em que o ensino médio não é obrigatório, tendo 46% dos jovens com acesso ao ensino médio, mais da metade cursando-o em período noturno e, a maioria, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). No campo, apenas 12% frequentam o ensino médio. Além disso, reduziu-se de 18 para 16 anos, a idade limite para realizar exames supletivos na política de EJA ^{XIII}.

Com as reformas e políticas educacionais adotadas sob a égide do neoliberalismo a partir da década de 1980, projeta-se uma situação de retrocesso nas relações sociais e nos processos de mercantilização da educação, tanto institucionalmente, como pedagogicamente. Na Pedagogia, o discurso em defesa da educação como forma de integração, ascensão e mobilidade social, é apenas superficial, configurando-se em uma Pedagogia de Hegemonia do Capital. Ainda, o conceito de sociedade do conhecimento, qualidade, cidadão produtivo, competência e empregabilidade demonstram a ausência de oportunidades para todos e, ainda, que o direito social se reduz ao direito individual.

A educação polivalente defendida por intelectuais e aparelhos hegemônicos do capital e o combate à educação unitária e politécnica e/ou tecnológica, apontam para a necessidade da formação de trabalhadores com maior embasamento científico de

NESTOR ALEXANDRE PEREHOUSKEI E TATIANE DUARTE SILVA OLIVEIRA

produção e de conscientização dessa disputa.

Por último, a precariedade teórica é determinada pelo abandono do projeto da escola unitária e politécnica e/ou tecnológica, cuja discussão ficou praticamente no campo ideológico dos educadores, pesquisadores, intelectuais, sindicalistas e movimentos da sociedade civil organizada, devido, principalmente, ao debate ter ficado no âmbito da crítica ao neoliberalismo e às demandas de conhecimentos do trabalhador com relação à produção sob a égide do capital. Faz-se necessária a retomada dessas discussões, mesmo que sejam inicialmente apenas no campo ideológico, com o intuito de atingir e sensibilizar a grande massa de trabalhadores, caso contrário, as portas continuarão abertas para a Pedagogia da Hegemonia do Capital.

Assim sendo, a presente pesquisa tem como objetivo historiar a trajetória da EJA, do período de colonização do Brasil aos dias atuais, apontando avanços, desafios, bem como a utilização das novas tendências para esta modalidade de ensino.

O presente trabalho iniciou-se com alguns questionamentos ligados à temática da EJA. A partir das discussões, procurou-se desenvolver uma pesquisa, buscando conhecer a trajetória histórica da EJA no Brasil, analisando os desafios, avanços, conquistas e novas tendências desta modalidade de ensino.

Em seguida, foram realizadas pesquisas de materiais bibliográficos sobre os temas afins. Posteriormente, selecionados e analisados alguns artigos, textos e livros que apresentaram elementos pertinentes às discussões desta temática.

Após esta fase, produziu-se a organização de alguns resultados encontrados nas diversas referências. Por último, foram elaboradas algumas considerações à respeito de todo material utilizado.

Nesta perspectiva esta contribuição pretende auxiliar equipes multidisciplinares que atuam na área de ensino e pesquisa em futuras propostas pedagógicas no campo da EJA.

2. Resultados

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil é muito recente. Embora venha se desenhando de forma assistemática desde o período do Brasil Colônia (até 1822) a referência à população adulta era apenas de educação para doutrinação religiosa, abrangendo um caráter muito mais religioso do que educacional. Pode-se constatar que havia uma fragilidade na educação por não ser esta responsável pela produtividade. Na educação jesuítica a preocupação era com os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, constando de trabalhos manuais, ensino agrícola e, raramente, a leitura e a escrita.

Os métodos jesuíticos permaneceram até o período pombalino com a expulsão dos jesuítas, sendo que neste período, o Marquês de Pombal organizava as escolas de acordo com os interesses do Estado, no entanto, com a chegada da Família Real ao Brasil a educação perdeu o seu foco, que já não era muito amplo.

No Brasil Império (1822-1889) começaram a acontecer algumas reformas educacionais que preconizavam a necessidade do ensino noturno para adultos analfabetos. Em 1876, foi formulado um relatório pelo ministro José Bento da Cunha Figueiredo, apontando a existência de 200 mil alunos frequentes às aulas noturnas. Durante muito tempo, portanto, as escolas noturnas eram a única forma de educação de adultos praticada no país. Com o desenvolvimento industrial, no início do século XX, inicia-se um processo lento, mas crescente, de valorização da educação de adultos. Porém, essa preocupação trazia pontos de vista diferentes em relação à educação para

A CIÊNCIA, A TÉCNICA, A TECNOLOGIA, A CULTURA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

NESTOR ALEXANDRE PEREHOUSKEI E TATIANE DUARTE SILVA OLIVEIRA

essa categoria, quais sejam: a valorização do domínio da língua falada e escrita, visando o domínio das técnicas de produção; a aquisição da leitura e da escrita como instrumento da ascensão social; a alfabetização de adultos vista como meio de progresso do país; a valorização da alfabetização de adultos para ampliação da base de votos ^{XIV}.

A partir de 1940, começou-se a detectar altos índices de analfabetismo no país, o que acarretou a decisão do governo no sentido de criar um fundo destinado à alfabetização da população adulta analfabeta. Em 1945, com o final da ditadura de Getúlio Vargas, iniciou-se um movimento de fortalecimento dos princípios democráticos no país. A partir da criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), solicita-se aos países integrantes (e entre eles, o Brasil) a educação direcionada aos adultos analfabetos.

Devido a isso, em 1947, o governo lançou a 1ª Campanha de Educação de Adultos, propondo: alfabetização dos adultos analfabetos do país em três meses, oferecimento de um curso primário em duas etapas de sete meses, a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Abriu-se a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. Nessa época, o analfabetismo era visto como causa (e não como efeito) do escasso desenvolvimento brasileiro. Além disso, o adulto analfabeto era identificado como elemento incapaz e marginal psicológica e socialmente, submetido à menoridade econômica, política e jurídica, não podendo, votar ou ser votado ^{XV}.

Essa 1ª Campanha foi lançada por dois motivos: o primeiro era o momento pós-guerra que vivia o mundo, que fez com que a Organização das Nações Unidas (ONU) fizesse uma série de recomendações aos países, dentre as quais, a de um olhar específico para a educação de adultos. O segundo motivo foi o fim do Estado Novo, que trazia um processo de redemocratização, que gerava a necessidade de ampliação do contingente de eleitores no país. Ainda, no momento do lançamento dessa 1ª Campanha, a Associação de Professores do Ensino Noturno e o Departamento de Educação preparavam o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos ^{XVI}.

O Ministério convocou dois representantes de cada Estado para participarem do Congresso. O Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação e Cultura (SEA-MEC), elaborou e enviou para discussões, aos SEAs estaduais, que compunham um conjunto de publicações sobre o tema. As concepções presentes nessas publicações, eram: o investimento na educação como solução para problemas da sociedade; o alfabetizador identificado como missionário; o analfabeto visto como causa da pobreza; o ensino de adultos como tarefa fácil; a não necessidade de formação específica; a não necessidade de remuneração, devido à valorização do “voluntariado”.

A partir daí, iniciou-se um processo de mobilização nacional no sentido de se discutir a educação de jovens e adultos no país. De certa forma, portanto, embora a campanha não tenha tido sucesso, conseguiu alguns bons resultados, no que se refere a essa visão preconceituosa, que foi sendo superada a partir das discussões que foram ocorrendo sobre o processo de educação de adultos. Diversas pesquisas foram sendo desenvolvidas e algumas teorias da psicologia gradativamente, desmentindo a ideia de incapacidade de aprendizagem designada ao educando adulto.

Assim, muitas críticas foram sendo feitas ao método de alfabetização adotado para a população adulta nessa campanha, como as precárias condições de funcionamento das aulas, a baixa frequência e aproveitamento dos alunos, a má remuneração e desqualificação dos professores, a inadequação do programa e do material didático à clientela e a superficialidade do aprendizado, pelo curto período designado para tal.

A CIÊNCIA, A TÉCNICA, A TECNOLOGIA, A CULTURA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

NESTOR ALEXANDRE PEREHOUSKEI E TATIANE DUARTE SILVA OLIVEIRA

Com isso, estabeleceu-se o declínio da 1ª Campanha, devido aos resultados insatisfatórios^{XVII}. Porém, dentre todas as delegações, uma se destacou, por ir além das críticas, apontando soluções. Foi a delegação de Pernambuco, da qual fazia parte Paulo Freire, que propunha uma maior comunicação entre o educador e o educando e uma adequação do método às características das classes populares.

Como resultado da 1ª campanha, portanto, houve a criação de uma estrutura mínima de atendimento, apesar da não valorização do magistério. Ao final da década de 1950 e início da década de 1960, iniciou-se uma intensa mobilização da sociedade civil em torno das reformas de base, o que contribuiu para a mudança das iniciativas públicas de educação de adultos. Uma nova visão sobre o problema do analfabetismo foi surgindo, junto à consolidação de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos, que tinha como principal referência Paulo Freire^{XVIII}.

Estabelece-se um novo paradigma pedagógico – um novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social. O analfabetismo, que antes era apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária.

Surgiu a ideia de que o processo educativo deveria interferir na estrutura social que produzia o analfabetismo, através da educação de base, partindo de um exame crítico da realidade existencial dos educandos. Na percepção de Paulo Freire, portanto, educação e alfabetização se confundem. Alfabetização é o domínio de técnicas para escrever e ler em termos conscientes e resulta numa postura atuante do homem sobre seu contexto.

Essas ideias de Paulo Freire se expandiram no país e este foi reconhecido nacionalmente por seu trabalho com a educação popular e, mais especificamente, com a educação de adultos. Em 1963, o Governo encerrou a 1ª campanha e encarregou Freire de organizar e desenvolver um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos. Porém, em 1964, com o Golpe Militar, deu-se uma ruptura nesse trabalho de alfabetização, já que a conscientização proposta por Freire passou a ser vista como ameaça à ordem instalada. Nesse momento, deu-se o exílio de Freire e o início da realização de programas de alfabetização de adultos assistencialistas e conservadores.

Dentro desse contexto, em 1967, o Governo assumiu o controle da alfabetização de adultos, com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), voltado para a população de 15 a 30 anos, objetivando a alfabetização funcional - aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo. Com isso, as orientações metodológicas e os materiais didáticos esvaziaram-se de todo sentido crítico e problematizador proposto anteriormente por Freire^{XIX}.

Na década de 1970, ocorreu, a expansão do MOBRAL, em termos territoriais e de continuidade, iniciando-se uma proposta de educação integrada, que objetivava a conclusão do antigo curso primário. Paralelamente, porém, alguns grupos que atuavam na educação popular continuaram a alfabetização de adultos dentro da linha mais criativa.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 5692/71, implantou-se o Ensino Supletivo, sendo dedicado um capítulo específico para a EJA. Esta Lei limitou o dever do Estado à faixa etária dos 7 aos 14 anos, mas reconheceu a educação de adultos como um direito de cidadania, o que pode ser considerado um avanço para a área da EJA no país, sendo que,

o projeto MOBRAL permite compreender bem esta fase ditatorial por que passou o país. A proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom

A CIÊNCIA, A TÉCNICA, A TECNOLOGIA, A CULTURA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

NESTOR ALEXANDRE PEREHOUSKEI E TATIANE DUARTE SILVA OLIVEIRA

comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos Programas^{xx}.

Em 1974, o MEC propôs a implantação dos Centros de Estudos Supletivos (CES), que se organizavam com o trinômio: tempo, custo e efetividade. Devido à época vivida pelo país, de inúmeros acordos entre MEC e a *United States Agency for International Development (USAID)*, ofertavam cursos influenciados pelo tecnicismo, adotando-se os módulos instrucionais, o atendimento individualizado, a auto-instrução e a arguição em duas etapas - modular e semestral. Como consequências, ocorreram: a evasão, o individualismo, o pragmatismo e a certificação rápida e superficial^{xxi}.

Nos anos 1980, com a abertura política, as experiências paralelas de alfabetização, desenvolvidas dentro de um formato mais crítico, ganharam corpo. Surgiram os projetos de pós alfabetização, que propunham um avanço na linguagem escrita e nas operações matemáticas básicas. Em 1985, o MOBRAL foi extinto e surgiu, em seu lugar, a Fundação Educar, que abriu mão de executar diretamente os projetos e passou a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas existentes.

A década de 1980 foi marcada pela difusão das pesquisas sobre língua escrita com reflexos positivos na alfabetização de adultos. Em 1988, foi promulgada a Constituição, que ampliou o dever do Estado para com a EJA, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos^{xxii}.

Nos anos 1990, o desafio da EJA passou a ser o estabelecimento de uma política e de metodologias criativas, com a universalização do ensino fundamental de qualidade. Em nível internacional, ocorreu um crescente reconhecimento da importância da EJA para o fortalecimento da cidadania e da formação cultural da população, devido às conferências organizadas pela UNESCO, criada pela ONU e responsabilizada por incrementar a educação nos países em desenvolvimento. Esta chamou uma discussão nacional sobre o assunto, envolvendo delegações de todo o país.

A partir dessa mobilização nacional, foram organizados os Fóruns Estaduais de EJA, que vêm se expandindo em todo o país, estando presentes, atualmente, em todos os estados brasileiros, com exceção de Roraima. Isso se deu da seguinte forma: em 1996, ocorreu uma intensa mobilização incentivada pelo MEC e pela UNESCO, como forma de preparação para a V Conferência Internacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CONFITEA). O MEC instituiu uma Comissão Nacional de EJA, para incrementar essa mobilização. A recomendação dada foi de que cada Estado realizasse um encontro para diagnosticar metas e ações de EJA. Desde então, as instituições envolvidas decidiram dar prosseguimento a esses encontros.

Em 1997, a UNESCO convocou Secretarias Estaduais de Educação (SEEs), Secretarias Municipais de Educação (SMEs), Universidades e Organizações Não Governamentais (ONGs) para a preparação da V CONFITEA, através da discussão e da elaboração de um documento nacional com diagnósticos, princípios, compromissos e planos de ação. Estes eventos de intercâmbio marcaram o ressurgimento da área de EJA. Em 1998, os mineiros implantaram seu Fórum Estadual. No mesmo ano, a Paraíba e o Rio Grande do Norte fizeram o mesmo.

Seguindo essa corrente de intercâmbios, Curitiba realizou um encontro, patrocinado pela UNESCO, para a socialização da V CONFITEA. Como consequência desse Encontro, veio a decisão de se iniciar uma série de encontros nacionais de EJA. Sendo assim, em 1999, ocorreu o 1º Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), no Rio de Janeiro, onde participaram os Fóruns do Rio, de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

A CIÊNCIA, A TÉCNICA, A TECNOLOGIA, A CULTURA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

NESTOR ALEXANDRE PEREHOUSKEI E TATIANE DUARTE SILVA OLIVEIRA

Esse Encontro acabou sendo um estímulo para o surgimento de outros Fóruns. A partir daí, esses Encontros vêm ocorrendo anualmente, na seguinte sequência: em 2000, o II ENEJA, em Campina Grande, Paraíba, com a participação de oito Fóruns; em 2001, o III ENEJA, em São Paulo, com a participação de 10 Fóruns; em 2002, o IV ENEJA, em Belo Horizonte, Minas Gerais, com a participação de 12 Fóruns; em 2003, o V ENEJA, em Cuiabá, Mato Grosso, com a participação de 17 Fóruns; em 2004, o VI ENEJA, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com a participação de 22 Fóruns; em 2005, o VII ENEJA, em Brasília, Distrito federal, com a participação de 24 Fóruns; em 2006, o VIII ENEJA, em Recife, Pernambuco, com a participação de 26 Fóruns e outros.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9334/96) propôs, em seu artigo 3º, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a garantia de padrão de qualidade, a valorização da experiência extra-escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Tais princípios estimularam a criação de propostas alternativas na área de EJA. Assim, embora a Lei tenha dedicado apenas uma seção com dois artigos à EJA, os artigos 2º, 3º e 4º tratam essa educação sob o ponto de vista do ensino fundamental, o que pode ser considerado um ganho para a área. Além disso, ao determinar a identificação daqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental, abriu um espaço de intervenção que criou possibilidades de confronto entre o universo da demanda e o volume e qualidade da oferta, o que pode gerar um maior compromisso do setor público com a EJA.

Na década de 1990, o governo se desobrigou em articular a política nacional de EJA, delegando esse compromisso junto aos municípios. Nesse momento, inúmeras iniciativas vem emergindo, ocorrendo parcerias entre municípios, ONGs e Universidades. Surgem, nesse contexto, os Fóruns de EJA, como espaços de encontros e ações em parceria entre os diversos segmentos envolvidos com a área, com o poder público (administrações públicas municipais, estaduais e federal), com as universidades, ONGs, movimentos sociais, sindicatos, grupos populares, educadores e educandos. Esses Fóruns têm como objetivo, dentre outros, a troca de experiências e o diálogo entre as instituições. Os Fóruns são movimentos que articulam instituições, socializam iniciativas e intervêm na elaboração de políticas e ações da área de EJA. Estes ocorrem num movimento nacional, com o objetivo de interlocução com organismos governamentais para intervir na elaboração de políticas públicas^{XXIII}.

O surgimento dos Fóruns se organizam de formas diferentes em cada Estado. Em Alagoas, o Fórum Estadual surge antes da década de 1990, como um coletivo de educação popular e, em 1990, como Fórum Estadual propriamente dito. No Distrito Federal, forma-se no mesmo ano, um grupo de trabalho coletivo de alfabetização de adultos e, somente em 2003, forma-se o Fórum Estadual. Em Pernambuco, acontece uma articulação pela Educação de Jovens e Adultos. Porém, o Rio de Janeiro é o primeiro estado a criar um Fórum Estadual de EJA.

Em 2001, foi organizada, em Brasília, uma reunião para compreender os desafios dos Fóruns, patrocinado pela Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil (RAAAB). Desta, conclui-se que os Fóruns de EJA têm o objetivo de socializar informações e trocar experiências, sendo um espaço de pluralidade. A partir do momento em que o MEC se ausenta da qualidade de articulador de uma política nacional, os Fóruns surgem como uma estratégia de mobilização das instituições do país que estão diretamente envolvidas com a EJA, ou seja, o conhecimento do que se faz, a

NESTOR ALEXANDRE PEREHOUSKEI E TATIANE DUARTE SILVA OLIVEIRA

socialização de experiências, que leva à articulação e à intervenção.

Os Fóruns se instalam, portanto, como espaços de diálogos, onde os segmentos envolvidos com a EJA planejam, organizam e propõem encaminhamentos em comum. Nesse sentido, mantêm reuniões permanentes, onde aprendem com o diferente, exercitando a tolerância^{XXIV}. Os Fóruns mantêm uma secretaria executiva, com representantes dos segmentos, que preparam plenárias, podendo ser mensais, bimestrais ou anuais, de acordo com a realidade específica de cada Fórum. Além disso, existem as plenárias itinerantes, como a do Estado da Paraíba. A maneira como esses Fóruns se mantêm tem sido um desafio, pois não existe pessoa jurídica que receba ou repasse recursos, sendo que a participação se dá por adesão. Nesse período, vão surgindo, também, os Fóruns Regionais, num processo de descentralização e interiorização dos Fóruns.

Com o surgimento dos Fóruns a partir de 1997, a história da EJA passa a ser registrada num Boletim da Ação Educativa, que socializa uma agenda dos Fóruns e os relatórios dos ENEJAs. De 1999 a 2000 os Fóruns passam a marcar presença nas audiências do Conselho Nacional de Educação para discutir as diretrizes curriculares para esta categoria de ensino. Em alguns Estados, ainda, passaram a participar da elaboração das diretrizes estaduais e, em alguns municípios, participaram da regulamentação municipal da EJA. Além disso, a Secretaria da Erradicação do Analfabetismo instituiu uma Comissão Nacional de Alfabetização e solicitou aos Fóruns uma representação. Os Fóruns, portanto, têm sido interlocutores no cenário nacional, contribuindo para a discussão e o aprofundamento do que seja a EJA no Brasil.

3. Considerações finais

O significado da alfabetização vai muito além da compreensão de signos linguísticos: na lógica da EJA ela se torna uma perspectiva de mudança e transformação de vida.

Com esta pesquisa foi possível analisar como se deu o processo de alfabetização ao longo dos anos e perceber como ele acontece nos dias atuais.

E, por último, foi possível fazer uma reflexão sobre a EJA e como ela acontece de maneira eficaz. O tema “Alfabetização de Jovens e Adultos”, está sempre em foco entre docentes, governo e comunidade, pois a educação como um todo e, principalmente a escolar, é sinônimo de perspectiva de conscientização e mudança na formação crítica e ética do cidadão.

Notas

^I Docente do Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Rondonópolis. Esta pesquisa foi financiada pela Capes.

^{II} Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Rondonópolis. Esta pesquisa foi financiada pela Capes.

^{III} NEVES, L. M. W. (Org.). *A nova Pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005, p. 26.

^{IV} PRADO JUNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

^V FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

^{VI} _____. *A revolução burguesa no Brasil: um ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

A CIÊNCIA, A TÉCNICA, A TECNOLOGIA, A CULTURA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

NESTOR ALEXANDRE PEREHOUSKEI E TATIANE DUARTE SILVA OLIVEIRA

- ^{VII} OLIVEIRA, F. D. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: BomTempo, 2003.
- ^{VIII} ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 215.
- ^{IX} ALTVATER, E. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: Unesp, 1995, p. 13.
- ^X GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- ^{XI} CANDIDO, A. A revolução de 1930 e a cultura. *Novos estudos Cebrap*, v. 2, n. 4, p. 27-35, abr., 1984.
- ^{XII} OLIVEIRA, F. D. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: BomTempo, 2003.
- ^{XIII} FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. *Fundamentos científicos e técnicos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), 2006.
- ^{XIV} CUNHA, C. M. D. Introdução: discutindo conceitos básicos. In: BRASIL. *Salto para o futuro: Educação de jovens e adultos*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura (MEC), 1999.
- ^{XV} CUNHA, C. M. D. Introdução: discutindo conceitos básicos. In: BRASIL. *Salto para o futuro: Educação de jovens e adultos*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura (MEC), 1999.
- ^{XVI} SOARES, L. J. G. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. *Revista Presença Pedagógica*, v. 2, n. 11, Dimensão, set/out, 1996.
- ^{XVII} SOARES, L. J. G. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. *Revista Presença Pedagógica*, v. 2, n. 11, Dimensão, set/out, 1996.
- ^{XVIII} CUNHA, C. M. D. Introdução: discutindo conceitos básicos. In: BRASIL. *Salto para o futuro: Educação de jovens e adultos*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura (MEC), 1999.
- ^{XIX} CUNHA, C. M. D. Introdução: discutindo conceitos básicos. In: BRASIL. *Salto para o futuro: Educação de jovens e adultos*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura (MEC), 1999.
- ^{XX} BELLO, J. L. D. P. *Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL): História da Educação no Brasil. Período do Regime militar. Pedagogia em foco*, Vitória, 1993. Disponível em < <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/hebl10a.html>>. Acesso em: 03 mai. 2012.
- ^{XXI} SOARES, L. J. G. O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. In: RAAAB, alfabetização e Cidadania: políticas públicas e EJA. *Revista de EJA*, n. 17, maio, 2004.
- ^{XXII} CUNHA, C. M. D. Introdução: discutindo conceitos básicos. In: BRASIL. *Salto para o futuro: Educação de jovens e adultos*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura (MEC), 1999.
- ^{XXIII} SOARES, L. J. G. O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. In: RAAAB, alfabetização e Cidadania: políticas públicas e EJA. *Revista de EJA*, n. 17, maio, 2004.
- ^{XXIV} SOARES, L. J. G. O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. In: RAAAB, alfabetização e Cidadania: políticas públicas e EJA. *Revista de EJA*, n. 17, maio, 2004.

Referências

ALTVATER, E. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial**. São Paulo: Unesp, 1995.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BELLO, J. L. D. P. **Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL): História da Educação no Brasil. Período do Regime militar. Pedagogia em foco**, Vitória, 1993. Disponível em < <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/hebl10a.html>>. Acesso em: 03 mai. 2012.

CANDIDO, A. A revolução de 1930 e a cultura. **Novos estudos Cebrap**, v. 2, n. 4, p. 27-35, abr., 1984.

CUNHA, C. M. D. Introdução: discutindo conceitos básicos. In: **SEED-MEC Salto para o futuro: Educação de jovens e adultos**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura (MEC), 1999.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio

A CIÊNCIA, A TÉCNICA, A TECNOLOGIA, A CULTURA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

NESTOR ALEXANDRE PEREHOUSKEI E TATIANE DUARTE SILVA OLIVEIRA
de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: um ensaio de interpretação sociológica.**
Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
ERREIRO, Emília

FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. **Fundamentos científicos e técnicos da educação escolar do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), 2006.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova Pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, F. D. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.** São Paulo, BomTempo, 2003.

PRADO JUNIOR, C. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.

SOARES, L. J. G. A educação de jovens e adultos: *momentos históricos e desafios atuais.* **Revista Presença Pedagógica**, v. 2, n. 11, Dimensão, set/out, 1996.

_____. O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: *articular, socializar e intervir.* In: RAAAB, alfabetização e Cidadania: políticas Públicas e EJA. **Revista de EJA**, n. 17, maio, 2004.